

■ SANEAMENTO & SAÚDE

ÁGUA

A grandiosa e polêmica barragem Castanhão

Com inauguração prevista na próxima semana, a obra deve ser um marco para os recursos hídricos, no Ceará

de Fortaleza

A inauguração da barragem Castanhão, prevista para segunda-feira, em Nova Jaguaribara, a 283 quilômetros de Fortaleza, promete ser um marco para a questão dos recursos hídricos no Ceará. Mas quando o presidente Fernando Henrique cortar a fita comemorativa da obra, considerada uma das maiores do mundo em rio não perene, poderá também abrir caminho para que os críticos do projeto comprovem o equívoco que o empreendimento representa.

Se a última hipótese prevalecer, será como lançar combustível ao caloroso e secular debate sobre o melhor método do sertanejo conviver com o fenômeno das estiagens. Ou ainda qual deve ser a efetiva atuação estatal para desenvolver a região do semi-árido nordestino, onde vive o maior contingente de brasileiros pobres.

Mas enquanto essas discussões não tomam corpo ou a voz dos críticos não ganha vazão - espera-se que os problemas de porte não ocorram, uma vez que o projeto já consumiu quase R\$ 418,7 milhões. O que impressiona mesmo são as suas dimensões. Os 10,5 quilômetros não contínuos de barramento do rio Jaguaribe vão permitir acumular até 6,7 bilhões de metros cúbicos de água ou duas vezes e meia o volume da Baía de Guanabara, do Rio de Janeiro.

Na carga máxima, o reservatório se espalhará por 48 quilômetros e o espelho de água cobrirá 60 mil hectares. O volume total ocorrerá quando a água subir 60 metros sobre o leito do rio que, por sua vez, está cerca de 55 metros acima do nível do mar. Os estudos técnicos da barragem, que já acumula 300 milhões de metros cúbicos de água, começaram em 1992 e as obras civis, a cargo da Andrade Gutierrez, a partir de 1995.

Somente na construção da barragem, hoje com 97% das obras prontas, o investimento soma R\$ 261,8 milhões. Além do movimento de 7,9 milhões de metros cúbicos de terra, o serviço demandou 1

milhão de metros cúbicos de concreto compactado rolado grande parte do volume necessário para tapar falha geológica subterrânea por onde o rio escorria, só dimensionada após o início da obra.

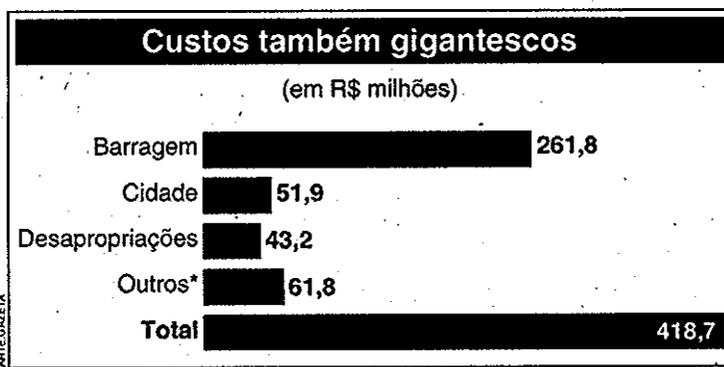
O complexo Castanhão também contempla gastos com a construção de um desvio de 26 quilômetros na BR-116, indenizações de imóveis rurais e construção da cidade de Nova Jaguaribara, para onde estão sendo relocadas cerca de 12 mil pessoas do antigo município. Desse total, 3,5 mil já estão residindo na cidade.

Grandes expectativas

Para concluir inteiramente o projeto Castanhão, devem ser necessários mais de R\$ 90 milhões. O governo federal já desembolsou R\$ 313,5 milhões na obra, marcada por sucessivos atrasos no cronograma devido a problemas na liberação de recursos. A expectativa é que todo o empreendimento esteja pronto no final de 2003. De resto, é esperar chuvas para que o reservatório encha plenamente, o que pode levar anos.

Tão expressivas quanto a obra e o investimento, são as expectativas em relação ao projeto. Pelos cálculos do governo, com a "cota útil" de 4,2 milhões de metros cúbicos, a barragem poderia irrigar 43 mil hectares de terras férteis da Chapada do Castanhão, além de outras áreas sedimentares ao longo de uma adutora que vai transpor as águas da barragem até a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Com extensão de 200 quilômetros, esse projeto, também de grande porte, já está em curso.

Além de garantir o abastecimento da população da RMF, a intenção é utilizar as águas do Cas-



tanhão para eventual suporte a grandes projetos industriais no complexo portuário do Pecém, para o qual estão previstos um polo siderúrgico e de refino de petróleo. A barragem também foi dimensionada para gerar 22,5 megawatts de energia elétrica e produzir 4 mil toneladas por ano de pescados. Outra aposta é na indução ao desenvolvimento do turismo regional.

O governo também considera a obra importante para controlar cheias na parte baixa do rio Jaguaribe. A cota acima de 4,2 milhões de metros cúbicos e até 6,7 bilhões de metros cúbicos seria estratégica para controlar inundações. O Jaguaribe, com cerca de 715 quilômetros de curso, era considerado o maior rio seco do mundo, mas a sua história registra grandes cheias. O título ruiu a partir de 1976, quando o açude Orós permitiu a perenização de 320 quilômetros do Jaguaribe.

Os benefícios da barragem Castanhão devem ficar muito aquém do que foi apontado no estudo de viabilidade e o investimento, portanto, é injustificável. A tese é defendida pelo especialista em hidrologia Manfredo Cássio Borges. Funcionário aposentado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Em 1998, ele publicou um livro alertando para os equívocos do projeto.

"Argumentaram que a obra iria permitir a irrigação de 43 mil hectares, transferir 10 metros cúbicos por segundo para Fortaleza e garantir a captura de 7,7 mil toneladas de pescado por ano. Ao que tudo indica, essas metas não serão alcançadas. Parece que de nada valeu o estudo de viabilidade", completa o técnico.

"Nos estudos, aumentaram em 45% a vazão do rio e diminuíram em 36,4% a evaporação na região do semi-árido". Segundo ele, os cálculos de vazão regularizável, com 100% de segurança, apontam para um índice próximo a 12 metros cúbicos por segundo. "Enviando 10 metros cúbicos por segundo para abastecer Fortaleza, como previam, a água que sobraria dá para irrigar apenas 2 mil hectares", calcula Borges.

Na sua avaliação, o ideal seria construir cerca de dez barragens menores que somariam o volume total do Castanhão. "Isso permitiria perenizar cerca de 700 quilômetros na região do Alto Jaguaribe, a mais crítica em relação à água; evitaria a relocação das pessoas do município de Jaguaribara, além do alagamento de 26 quilômetros da BR-116", argumenta.

Essa estratégia também reduziria os impactos ambientais do Castanhão sobre o Baixo Jaguaribe, onde vivem cerca de 350 mil pessoas. Alguns técnicos temem que o barramento cause rebaixamento do lençol freático e permita o avanço da água do mar e a salinização dos solos, além de repercutir sobre a região estuarina, afetando a atividade pesqueira, no mar.

A engenheira do Dnocs, Maria Zita Timbó Araújo, que entre 1996 e 1999 foi presidente da Comissão de Fiscalização das Obras do Castanhão, considera exagerada a preocupação de Borges. Mas critica a condução do projeto. "A obra social, que é a principal, está longe de ficar completa. Essa inauguração é completamente intempestiva", afirma.

Importância estratégica

Segundo ela, faltam R\$ 42 milhões para reassentar 595 famílias e cerca de outras 460, que já foram relocadas, estão vivendo de forma precária. "O projeto Castanhão precisa de R\$ 90 milhões e o orçamento 2003 só prevê R\$ 28 milhões. Ninguém tem certeza do que vai ocorrer", alerta Maria Zita. Quanto à importância estratégica, no entanto, ela considera a obra acertada. "Será fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável do Ceará", diz.

O coordenador do Grupo de Trabalho do Castanhão, Francisco Pardaillain, admite que há atraso no assentamento de parte da população rural e que ela terá prioridade na administração dos recursos. "É uma contingente espacialmente mais disperso e por isso o processo de reassentamento tende a ser mais lento", explica. Para as famílias da zona rural está sendo oferecido um pacote de opções - agricultura irrigada ou de sequeiro, projetos de piscicultura e, para os mais velhos, a oportunidade de ir morar na nova cidade, inteiramente planejada e a única no país com 100% de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo o coordenador.

Pardaillain considera equivocada a tese de que o projeto Castanhão foi superdimensionado e não vai cumprir com as metas. "A barragem vai atender às populações do baixo e médio Jaguaribe e a região metropolitana de Fortaleza, onde vivem cerca de 3 milhões dos 7,4 milhões de cearenses", diz. Para ele, eventuais alterações na distribuição da água ocorrem em função das novas prioridades.

Para concluir inteiramente o projeto, devem ser necessários mais de R\$ 90 milhões